

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1015778-22.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**  
 Requerente: **Oximatao Transporte e Comercio de Gases Industriais Ltda Me**  
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**Processo nº 1015778-22.2015****VISTOS**

**OXIMATÃO TRANSPORTE E COMÉRCIO DE GASES INDUSTRIAIS LTDA ME** ajuizou **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c.c. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS e OBRIGAÇÃO DE FAZER** em face de **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduz a autora, em síntese, que desde 18/10/2014 a requerida vem cobrando R\$ 180,00 por um serviço denominado "serviços de terceiros", que não foi, entretanto, contratado. Tentou por diversas vezes cancelar o serviço mas não conseguiu. Assim, vem a juízo pleiteando que as cobranças sejam suspensas e declaradas ilegítimas, a devolução em dobro do valor pago, no importe de R\$ 3.900,00 e que a requerida seja condenada a pagar indenização por danos morais.

A inicial veio instruída com documentos.

Devidamente citada a empresa ré apresentou contestação alegando que a autora contratou e teve disponibilizado os serviços reclamados e que por tal motivo a cobrança é devida. Impugnando a existência de danos morais pediu a improcedência do reclamo.

**1015778-22.2015.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sobreveio réplica às fls. 87/92.

As partes foram instadas a produzir provas. A requerida pediu o julgamento no estado e a autora não se manifestou (cf. fls. 131 e 132).

Pelo despacho de fls. 133 a autora foi intimada a carregar aos autos comprovantes de pagamento das faturas juntadas as fls. 26/36.

A autora a fls. 136/137 encartou documento ("print" de dela do site da VIVO dando conta de que não existem contas pendentes).

As fls. 141/143 a requerida encartou minuta do contrato que foi aceito pela autora por e-mail.

Pela decisão de fls. 148 foi concedido à autora novo prazo para juntada de comprovantes de pagamento das faturas de fls. 26/36.

As fls. 152/154 a autora esclareceu que o funcionário que concordou com a contratação não tinha poderes para tanto.

Pelo despacho de fls. 158 foi deferido prazo à autora trazer aos autos extratos bancários comprovando o pagamento das faturas acima mencionados (fls. 26/36), mas a mesma ficou inerte (fls. 161 e fls. 170).

**É o relatório.**

**DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.**

O autor nega ter firmado qualquer negócio com a ré e esta última veio aos autos expondo que por mensagem eletrônica um funcionário da autora contratou efetivamente os serviços, prestados, regularmente, na sequência.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Em se tratando de “fato negativo” não é dado exigir do autor a demonstração do alegado. O ônus da prova da efetiva contratação, então, incumbia à demandada, até porque, como já dito, aplicáveis ao caso as regras do CDC.

E, segundo penso, há nos autos **prova da ocorrência da contratação**, devendo a responsabilidade da ré ser afastada pois comprovada a existência de uma das eximentes do parágrafo 3º, ou seja, a inexistência do defeito.

A fls. 142, temos a avença firmada entre as partes, prevendo o serviço de publicação de anúncio em lista telefônica.

A autora, após ser confrontada com tal documento, admitiu que um funcionário seu realmente deu o “aceite”.

Não havia motivos para que a ré desconfiasse dos “poderes” do sobredito preposto, que, **inclusive se utilizou do e-mail da empresa** (conforme fls. 142/143) nas tratativas.

Como se tal não bastasse **os serviços foram efetivamente prestados** por 12 meses, cabendo ainda ressaltar que a autora por eles pagou, sem qualquer insurgência.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

\*\*\*

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** os pedidos contidos na portal (declaração de inexistência de valores, devolução em dobro de valores pagos e indenização por danos morais).

Revogo a liminar concedida a fls. 37.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ante a sucumbência fica a autora condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono da requerida, que fixo, em 20% do valor dado à causa.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 07 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**